

PADRÕES DE VIDA DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS NOS PROCESSOS DE TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA

Rosário Mauritti

Resumo Este artigo começa por analisar a influência das origens sociais nas trajectórias de escolarização superior. Nesta vertente, procura apurar até que ponto indivíduos provenientes de diferentes origens sociais (em termos de variáveis socioprofissionais e socioeducacionais) têm probabilidades, também diferenciadas, de acesso à educação superior. Numa segunda vertente, caracteriza as condições actuais de existência dos estudantes de licenciatura. Esta perspectiva desenvolve-se a partir da noção de “transição para a vida adulta”, procurando observar as diversas componentes desse processo, em especial as relativas à transição escolar, profissional e familiar. Numa terceira parte, analisa ainda as aspirações e expectativas de inserção profissional destes estudantes, procurando salientar quer os elementos comuns nessas representações, quer os vectores de diversidade, traduzidos estes em aspirações e expectativas sociais diferenciadas.

Palavras-chave Estudantes universitários, origens sociais, trajectórias sociais, aspirações e expectativas de inserção profissional.

Introdução

O presente artigo tem como objecto um dos segmentos com maior protagonismo face aos processos de mudança em curso na sociedade portuguesa: os estudantes que frequentam o ensino superior universitário de licenciatura.

Ao longo da última década, o crescimento muito acentuado do ensino superior em Portugal potenciou a diversificação do perfil social dos indivíduos que acedem a este nível de escolaridade. Este crescimento envolve uma proporção cada vez mais expressiva da população juvenil, projectando na instituição universitária um importante papel na qualificação destes jovens, e, por esta via, também, na recomposição socioprofissional e na modernização das estruturas sociais, bem como dos contextos económicos abrangentes. A melhoria dos níveis educacionais e qualificacionais da população activa portuguesa, em parte consubstanciada na evolução positiva da oferta de ensino superior, constitui de resto um dos primeiros desafios que se colocam ao país, na procura activa de melhoria da competitividade e promoção da convergência real em relação aos restantes membros da União Europeia.

Neste artigo pretende-se caracterizar de forma teórica e empiricamente fundamentada os processos de transição para a vida adulta destes estudantes.¹ A

abordagem adoptada assenta numa visão multidimensional de tais processos, e procurará uma caracterização de três momentos cruciais nas trajectórias sociais que protagonizam:

- *o recrutamento social*, incluindo aqui a análise de dimensões relativas ao passado, designadamente às condições sociais de existência das famílias de origem;
- *a situação social actual* nas suas várias componentes, familiar, profissional e escolar;
- as suas orientações em termos de *aspirações e expectativas futuras* em relação à sociedade e ao trabalho.

O suporte empírico desta análise foi conseguido através da realização de um inquérito extensivo à escala nacional a uma amostra de 2000 indivíduos, representativa dos estudantes do ensino de licenciatura do país.²

O questionário aplicado retoma, agora a uma escala alargada, um instrumento de pesquisa autonomamente tratado num número reduzido de cursos, instrumento de pesquisa desenvolvido por João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, no âmbito da disciplina de sociologia das classes sociais e da estratificação, da licenciatura em sociologia do ISCTE, em meados da década de 80. Desta fase inicial resultaram três publicações: Almeida, Costa e Machado, 1988; Machado, Costa e Almeida, 1989; Costa, Machado e Almeida, 1990.

Numa fase posterior é de salientar ainda o trabalho desenvolvido por José Luís Casanova no âmbito da preparação da dissertação da tese de mestrado em sociologia (Casanova, 1993a) e de uma colaboração com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (Casanova, 1993b).

Mudança e diversidade nos processos de transição para a vida adulta

Nas sociedades contemporâneas os processos que acompanham a transição para a vida adulta têm vindo a sofrer grandes variações, não apenas em função dos contextos socioeconómicos, políticos e culturais específicos de cada país ou região, mas também nas formas como são vivenciados pelos próprios jovens. Por exemplo, pode acontecer os jovens trabalharem antes de terem concluído os seus estudos,³ ou regressarem ao sistema de ensino após um período mais ou menos longo na actividade, assim como a permanência em casa dos pais pode não ser um impeditivo para a constituição de uma nova família, nomeadamente através da coabitação. Tais variações não são alheias a condicionantes estruturais, como as que descrevem os posicionamentos relativos das diferentes categorias sociais. No contexto actual tendem ainda a ter origem num conjunto heterogéneo de situações, do tipo “microeconómico” ou “intracategorial” (Fitoussi e Rosavallon, 1997), associadas

nomeadamente a novas conjugações nas modalidades — também elas renovadas — de inserção escolar, profissional e conjugal.

Na passagem para a vida adulta pode-se identificar esquematicamente quatro grandes acontecimentos: a conclusão dos estudos, o acesso ao emprego, a saída de casa dos pais e a formação de uma nova família (Comissão Europeia, 1997: 4). A forma como estas várias etapas se sucedem nos percursos biográficos juvenis tende, no entanto, a complexificar-se e a assumir diversas variações. Sendo que, do ponto de vista sociológico, não se pode falar numa idade precisa de transição. Segundo José Machado Pais (1997: 17), a tendência actual é para uma certa “desritualização” ou “reversibilidade dos modelos tradicionais de passagem para a vida adulta”, a qual pode estar na origem de “novas culturas juvenis, novos modos de vida e correntes socioculturais”.

Em Portugal, nas gerações anteriores, nomeadamente as gerações dos pais dos actuais estudantes, antes de atingirem a “idade adulta” a maioria dos jovens já tinha concluído os seus estudos (normalmente o ensino básico primário) e iniciado a sua vida profissional (o que podia ter lugar aos 12 anos ou mesmo antes). Para a generalidade dos jovens o acesso ao emprego era a primeira etapa a conquistar na passagem para a vida adulta (para muitos, sobretudo para os homens, esse emprego correspondia ao início de uma longa carreira profissional, a qual só abandonariam na velhice), enquanto o casamento ou a coabitação e a saída de casa dos pais estavam intimamente associados e antecediam o nascimento dos filhos. Estas eram as fases “normais” da transição para a vida adulta. O tempo de “juventude” correspondia assim a um período relativamente curto e fácil de identificar, compreendido entre a infância e a idade adulta. Era também, frequentemente, um tempo já marcado pelo exercício de uma actividade remunerada, com peso na economia familiar e, muitas vezes, já sem qualquer ligação ao sistema escolar mas, eventualmente, associado a uma formação no local de trabalho. O que mudou entretanto na condição juvenil portuguesa?

A extensão da escolaridade obrigatória para 9 anos (básico 3) e o estabelecimento de uma idade mínima legal para o início da vida activa, presentemente os 15 anos, são dois factores de peso nestas transformações. Porém, não permitem explicar tudo. Desde logo a natureza das actividades que os jovens de hoje tendem a exercer é substancialmente diferente daquelas que se ofereciam aos seus pais. Parafraseando Fernando Luís Machado e António Firmino da Costa (1998: 31) “Passou-se de uma sociedade onde, à saída dos anos 50, prevaleciam as actividades ligadas ao sector primário, sobretudo a agricultura, para uma outra que se pode considerar ‘terciária’ na medida em que o sector dos serviços ocupa hoje mais de metade da população activa”. Neste período, notável também foi o crescimento da actividade profissional feminina, como referem os autores citados, “nesse espaço de trinta anos — entre os anos 60 e 90 — a taxa de actividade feminina salta praticamente para o triplo (...) e coloca Portugal entre os países com os mais altos indicadores actuais da União Europeia” (*idem*: 29).

Do ponto de vista da actividade empresarial, as novas oportunidades que se desenham, num contexto mais recente, com as transformações políticas de 1974 e a adesão à Comunidade Europeia em 1986, contribuem para a viragem para a

construção de modelos de competitividade organizacional de maior investimento na procura de inovação tecnológica (Freire, 1998: 285-287). Uma tendência que contribui para o crescimento quantitativo e diversificação interna dos grupos profissionais mais qualificados, assim como para a relativa desvalorização dos níveis de ensino no mercado de emprego (Kovács, Cerdeira, Bairrada e Moniz, 1994; Rodrigues, 1995). Neste contexto, no sentido de prevenir o risco crescente de desemprego e outras formas extensas de exclusão social e, também, para alargar as oportunidades de acesso às profissões melhor remuneradas e mais qualificadas, os jovens (elas mais do que eles) tendem, pois, a investir com maior incidência na escolarização inicial, atrasando a idade de entrada na actividade profissional.⁴

Estas transformações em curso na sociedade portuguesa têm repercussões claras também nas relações familiares (Almeida, Guerreiro, Lobo, Torres e Wall, 1998: 45-48). Com especial destaque nos centros urbanos do litoral, os jovens casam mais tarde e cada vez com menor frequência, preferindo formas alternativas, não institucionalizadas, de viver a conjugalidade.⁵ Quanto aos filhos, tendem a ser em menor número e nascem mais frequentemente numa idade em que as mães já têm uma inserção socioprofissional prolongada. A constituição de uma nova família representa, aliás, o principal marco de finalização do período de passagem para a vida adulta: entre nós, pelo menos nos contextos marcadamente urbanos, como refere José Machado Pais (1996: 173), “deixa-se mais facilmente de ser jovem quando se casa do que quando se obtém trabalho, quando se abandona a escola, ou quando se deixa de viver em casa dos pais”.

Na convergência destes processos de mudança social da condição juvenil portuguesa, os quais em muitos aspectos têm paralelo com grandes tendências de modernização e recomposição social que atravessam as sociedades actuais, sublinhe-se ainda, como Clarissa Kugelberg (1998: 43), os impactos da globalização e do advento da sociedade de informação. Como refere a autora, “actualmente (por via dos meios de comunicação) os jovens adquirem experiência indirecta sobre uma grande variedade de estilos de vida, valores, ideias, oportunidades e saberes com os quais não podem evitar confrontar-se (...)” — e citando Ziehe, (1986: 349), continua — “Defrontar-se com tal ‘oportunidade’ cultural conduz a um alargamento das possibilidades de vida, mas também implica a complexa obrigatoriedade de tomar decisões. A origem social, familiar e geográfica já não dá ao indivíduo a mesma estruturação e ‘ajuda’ selectiva de outrora, e o passado da família já não é o guia seguro para o futuro do próprio”.

Origens sociais dos estudantes universitários

O processo de alargamento progressivo do acesso ao ensino superior, em particular no que diz respeito aos cursos de licenciatura, recoloca, pois, o problema das origens sociais destes estudantes, da maior ou menor selectividade social no respectivo recrutamento. Neste sentido questiona-se: qual a origem social dos estudantes?

Que recursos socioeducacionais detêm os seus pais? Como se qualificam em termos de classe social e fracção de classe? Serão equivalentes, deste ponto de vista, os diferentes cursos, ou, pelo menos, as grandes áreas de conhecimento em que eles se inscrevem e os subsistemas de ensino, público e privado?

Nesta análise privilegia-se a exploração dos indicadores que melhor condensam dimensões fundamentais de estruturação do espaço das condições sociais de existência nas sociedades contemporâneas, e a diferenciação dos posicionamentos relativos (materiais e simbólicos) que os protagonistas sociais nele ocupam: os indicadores socioeducacionais e os indicadores socioprofissionais (Bourdieu, 1979: 109-144; Costa, 1999: 224-225; Costa, Mauritti, Martins, Machado e Almeida, 2000: 9-46).

A unidade de análise privilegiada é o grupo doméstico de origem dos estudantes (pai e mãe), o qual, desta forma, é perspectivado como uma *unidade familiar*, onde a partilha de recursos e estilos de vida pode assumir configurações diferenciadas e diferenciadoras nas posições relativas que os seus membros ocupam no espaço estrutural das classes sociais (Almeida, 1986).

No quadro 1 apresentam-se, simultaneamente, as distribuições dos níveis de escolaridade dos pais dos estudantes (valores totais) e da população portuguesa em geral. A partir desta comparação pretende-se avaliar até que ponto se estará a evidenciar um alargamento da base social de recrutamento da população estudantil que acede ao nível superior de escolarização e, portanto, em parte, a “democratização do ensino”.

Os valores percentuais que mais se aproximam correspondem aos níveis básicos 2 e 3, evidenciando-se uma sobre-representação nos níveis seguintes, na amostra, a qual é particularmente incidente no superior. Pelo contrário, nos graus mais desprovidos de recursos escolares sucede precisamente o inverso.⁶ Neste âmbito são de sublinhar os valores percentuais relativos à população que atingiu no máximo o ensino primário (\leq básico 1) (62,5%), valores bastante significativos, sobretudo se se tiver em conta que os segmentos aqui considerados correspondem aos subconjuntos mais escolarizados da população em idade activa (Costa, Mauritti, Martins, Machado e Almeida, 2000: 30-34). Já no caso dos valores obtidos na amostra, estão aqui localizados cerca de 1/4 dos grupos domésticos de origem dos estudantes universitários. Uma proporção que não deixa de evidenciar um alargamento na base de recrutamento dos jovens que acedem ao mais alto nível de escolarização.

Para tornar mais visível o contraste entre as duas distribuições (família de origem dos estudantes e população nacional) construiu-se um *índice de recrutamento escolar*, o qual traduz a probabilidade relativa de indivíduos oriundos de grupos domésticos com recursos educacionais específicos acederem à universidade. Convencionalmente, atribuiu-se o índice 1 aos valores mais baixos, neste caso, os grupos domésticos desprovidos de recursos escolares, o qual se verificou corresponder aos grupos domésticos que não ultrapassaram o básico 1 (daí que se tenha optado por apresentar estes valores de forma agregada).

Chegou-se assim à conclusão de que os indivíduos oriundos destas famílias, apesar de deterem um peso significativo no conjunto da amostra, têm 9 a 20 vezes

Quadro 1 Níveis de escolaridade do grupo doméstico de origem por área científica e tipo de ensino, por comparação com a população portuguesa (em percentagens) e índice de recrutamento escolar

Estudantes	Níveis de escolaridade				
	< Básico 1	Básico 2 e 3	Secundário	Superior	Total
<i>Área científica</i>					
Letras e Artes	26,3	21,8	16,5	35,4	100,0
Direito	24,5	22,4	19,9	33,2	100,0
Ciências Sociais	27,5	24,5	17,1	30,9	100,0
Economia e Gestão	26,2	25,5	17,2	31,1	100,0
Ciências Médicas	8,4	8,4	13,7	69,5	100,0
C. Naturais e Matemática	30,7	20,8	14,0	34,5	100,0
Engenharias	16,2	15,1	17,0	51,7	100,0
<i>Tipo de Ensino</i>					
Público	22,8	19,1	16,1	42,1	100,0
Privado	26,3	24,3	17,7	31,6	100,0
<i>Valores totais</i>					
Grupo doméstico de origem	24,2	21,1	16,7	38,0	100,0
População portuguesa	62,5	21,2	11,0	5,3	100,0
Índice de recrutamento escolar	1	3	4	20	—

Notas: neste quadro assume-se as percentagens de cada tipo de grupo doméstico, segundo as escolaridades combinadas do pai e da mãe, atribuindo-se ao grupo doméstico familiar o nível de escolaridade do elemento que nesta matéria detém maior volume de recursos. Os dados relativos à população portuguesa são retirados do censo de 81. Esta comparação parte do pressuposto que entretanto os pais dos estudantes não teriam regressado ao sistema de ensino, situando-se actualmente num grau de escolaridade equivalente ao que detinham então. Na referenciação ao escalão etário da população com 20-39 anos, assumiu-se ainda que seriam estas as idades em que muito provavelmente se situariam quando nasceram os filhos. A construção do índice de recrutamento escolar segue os procedimentos operatórios e conceptuais tomados na construção de um índice equivalente referenciado ao indicador socioprofissional de classe. Ver Almeida, Costa e Machado, 1988: 142-143 e Machado, Ávila e Costa, 1995: 112.

menos probabilidade de acederem à universidade do que os que são provenientes de grupos domésticos que atingiram o mais alto nível de escolaridade.

A introdução nesta análise das variáveis área científica e tipo de ensino permite-nos afinar um pouco estas constatações, já que revela algumas variações, por vezes, bastante significativas.

Nesta óptica, o primeiro aspecto a salientar, na análise das distribuições dos níveis de escolaridade do grupo doméstico de origem por área científica, é a clara diferenciação dos estudantes das áreas de ciências médicas e, também, das engenharias, ambos os casos com um volume global de recursos educacionais bastante mais elevado, designadamente do que o que encontramos na distribuição sem ter em conta a variável área científica. Nas restantes áreas a percentagem de grupos domésticos localizados no nível superior de escolaridade é sempre inferior à que encontramos no conjunto. É pois, sobretudo, nestas *outras* áreas científicas que se encontram os estudantes provenientes de famílias com recursos educacionais mais baixos.

Quanto à análise das distribuições tendo em conta o tipo de ensino, o principal aspecto a sublinhar é o reforço da incidência dos níveis mais altos de escolarização no caso dos pais dos estudantes que frequentam o ensino superior público

Quadro 2 Classes sociais do grupo doméstico (indicador socioprofissional individual), por comparação com a população portuguesa (em percentagem) e índice de recrutamento de classe

Classes sociais	Grupo doméstico			População portuguesa		IRC	
	Pai	Mãe	Total	1981	1998	1981	1998
Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	26,5	12,5	20,2	4,7	10,9	16	5
Profissionais Técnicos e de Enquadramento	30,4	37,6	33,7	8,1	12,3	15	8
Trabalhadores Independentes	11,2	7,9	9,7	17,7	17,8	2	2
Empregados Executantes	16,4	34,9	24,7	26,3	26,5	3	3
Operários Industriais	15,4	7,2	11,7	43,2	32,5	1	1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	—	—

Notas: a tipologia classificatória proposta neste quadro foi retirada do trabalho de António Firmino da Costa, 1999 (ver sobretudo pp. 235-245). Corresponde à última actualização da matriz de determinação dos lugares de classe sugerida pela equipa que o autor integra com João Ferreira de Almeida e Fernando Luís Machado. As categorias socioprofissionais aqui contempladas sintetizam diversas combinações entre indicadores como a condição perante o trabalho, a profissão, a situação na profissão e a escolaridade. Neste âmbito, ver também: Almeida, 1986; Almeida, Costa e Machado, 1988. Os dados sobre a estrutura de classes em Portugal relativos a 1981 resultam de uma construção que tem por base as informações apuradas no recenseamento da população de 1981 (INE). Quanto aos dados respeitantes a 1998, obtidos através do inquérito ao emprego (resultados anuais), têm na base uma amostra construída a partir das estimativas da população, também do INE. Para a construção do índice de recrutamento de classe seguimos as orientações de Almeida, Costa e Machado, 1988: 142-143 e Machado, Ávila e Costa, 1995: 112.

(42,1%, contra 31,6% no caso do superior privado). Isto muito embora sejam ainda significativos, também aqui, os núcleos em que ambos os progenitores não ultrapassaram os 4 anos de escolaridade (22,8% no público e 26,3% privado).

Se o volume de capital escolar do núcleo familiar de origem fornece indicações importantes sobre as condições sociais de existência da população estudantil e respectivas trajectórias de vida, mais informativo ainda será analisar de que forma esses recursos integram a estrutura das diferentes formas de capital mobilizadas pelas famílias e, desta forma, captar a pluridimensionalidade das hierarquias sociais. Nesta perspectiva propomo-nos então prosseguir a análise recorrendo a indicadores particularmente decisivos na apreensão da estruturação das relações de classe nas sociedades contemporâneas: os indicadores de *categorias socioprofissionais*.

Esta abordagem procura equacionar simultaneamente dois ângulos de análise: o indicador socioprofissional de classe do pai e da mãe individualmente considerados, e do grupo doméstico familiar. Pretende-se através da análise destes indicadores desenvolver, ainda que de forma aproximada, uma caracterização das origens sociais de classe dos estudantes.

No quadro 2 esta aproximação toma então por referência as localizações socioprofissionais individuais dos pais, comparando-as com a distribuição respectiva da população portuguesa.

Na continuidade das tendências evidenciadas na análise da hierarquia dos níveis de educação do grupo doméstico familiar, também aqui se verifica uma

relativa polarização dessa população: de um lado situam-se os estudantes oriundos das categorias de empresários, dirigentes e profissionais liberais e de profissionais técnicos e de enquadramento (que concentram 53,9% das origens de classe dos estudantes); no outro os que, do ponto de vista das origens sociais, provêm de categorias mais desprovidas de recursos, como os empregados executantes e o operariado industrial (com 36,4% das frequências).

A categoria com maior representatividade nas origens sociais dos estudantes corresponde à que tende a mobilizar mais recursos educacionais: a nova classe média assalariada, onde se inserem os profissionais técnicos e de enquadramento, aquela que integrará muito provavelmente uma boa parte dos futuros licenciados.

Quanto à categoria dos empresários, dirigentes e profissionais liberais, onde estão agregadas as várias fracções de classe da burguesia, tem também um peso percentual importante nas origens sociais dos estudantes (com 20,2%). Pode ver-se nesta presença duas tendências quanto ao tipo de trajectórias intergeracionais subjacentes, mediante as quais os futuros licenciados, ora se mantêm na mesma localização de classe que a família de origem, reforçando, eventualmente, a detenção da propriedade e de bens económicos com a acumulação de competências qualificacionais e organizacionais próprias da sociedade do conhecimento e da informação, ora tendem a posicionar-se na categoria de trabalhadores por conta de outrem melhor provida de recursos profissionais (traduzíveis em posição de autoridade/autonomia, nível de rendimento, prestígio social, etc.).

Igualmente significativa, mas com sentidos inversos, é a presença de estudantes oriundos das categorias de trabalhadores independentes, de empregados executantes e do operariado industrial, cujo peso percentual na distribuição de frequências parece ilustrar a referida tendência de alargamento da base social de recrutamento da população estudantil. O significado destas presenças, como das restantes, carece, no entanto, de uma avaliação que tome em consideração o peso das respectivas categorias sociais no conjunto da população portuguesa.

No quadro 2 esta análise é desenvolvida por referência aos anos de 1981 e 1998. Uma vez que, neste caso, a informação disponível não está desagregada por escalões etários, a análise toma por referência a população no seu conjunto. A opção por reportar a comparação simultaneamente aos dois anos, prende-se com a possibilidade de entretanto os pais terem alterado as suas posições relativas na estrutura de classes sociais.

Se se tomar o índice de recrutamento de classe relativo a 1981, observa-se que os indivíduos com origem de classe na burguesia têm uma probabilidade de acesso à universidade 16 vezes superior à dos seus colegas que provêm do operariado. Esta probabilidade passa a ser de 5 para 1 quando se toma por referência o índice que tem subjacentes os dados de 1998. Nos dois períodos, as diferenças nos índices de recrutamento de classe imputados às categorias de empresários, dirigentes e profissionais liberais e dos profissionais técnicos e de enquadramento parecem pois sugerir que, ao longo da trajectória de vida dos estudantes, se terão vindo a atenuar as clivagens sociais que opunham as categorias situadas nos extremos da tabela e, como tal, houve uma melhoria relativa das oportunidades de acesso à universidade de indivíduos oriundos de categorias sociais mais desprovidas de

recursos. Entre 1981 e 1998 os estudantes provenientes das fracções de classe da burguesia e da nova classe média assalariada vêm diminuir, embora de maneira nenhuma anular, a sua vantagem relativa nas probabilidades de acesso à universidade, por referência aos seus colegas oriundos das outras classes sociais. De resto, entre as fracções mais desprovidas de recursos, a classe dos empregados executantes destaca-se pela positiva (mesmo em relação aos trabalhadores independentes), correspondendo à fracção que mobiliza uma maior presença de trajectórias de mobilidade social ascendente.

Os indicadores socioprofissionais de classe até agora analisados consideram apenas as posições individuais ocupadas pelo pai e pela mãe. No entanto, a distribuição desigual de recursos socioprofissionais reflecte a existência de “famílias de classe” que conjugam diferentes posicionamentos a este nível. Um cenário que aconselha complementar esta abordagem tomando, também, o grupo doméstico familiar como unidade de análise. O quadro 3 formula a aproximação a esta perspectiva analítica, articulando já com a distribuição dos estudantes por área científica e tipo de ensino.

Com a introdução deste indicador socioprofissional familiar de classe o peso percentual das diferentes categorias altera-se um pouco.

Nesta perspectiva, um aspecto a sublinhar é a acentuação da sobre-representação das classes sociais mais elevadas na origem social dos estudantes. A qual se deve, por um lado, ao reforço da categoria de empresários, dirigentes e profissionais liberais e, por outro lado, à quebra das categorias que reúnem os assalariados dos escritórios, comércio e serviços e da indústria. Se a subida dos primeiros decorre do facto de os grupos domésticos assumirem esta classe social sempre que um dos seus elementos nela se situe, já no caso dos empregados executantes e dos operários industriais, a diminuição dos respectivos pesos percentuais na distribuição de frequências tanto pode decorrer da inserção das famílias nas categorias dominantes, quando um dos elementos do grupo doméstico aí se localiza, como em categorias que conjugam diferentes posicionamentos de classe dos respectivos membros, ditas pluriactivas (as quais abrangem, no conjunto, 13,8% das famílias de classe).

Quanto às restantes localizações sociais, a análise do indicador socioprofissional de classe vem ainda reforçar a importância detida pelas categorias de trabalhadores independentes. As quais, entre as situações de homogeneidade social dos elementos do núcleo principal e as situações que conjugam o trabalho independente com o assalariamento, detêm 13,5%.

Em que medida estas distribuições sofrem, ou não, variações significativas quando se consideram as variáveis área científica e tipo de ensino? Chegou agora o momento de explorar esta vertente analítica.

Em convergência com os resultados apresentados no quadro 1, também aqui, os estudantes que frequentam a área de ciências médicas correspondem claramente ao segmento da população estudantil com origens sociais melhor providas de recursos. Dos alunos que frequentam esta área científica, 85,5% são provenientes das classes sociais dos empresários, dirigentes e profissionais liberais e dos profissionais técnicos e de enquadramento. O que significa que o acesso a esta área, praticamente, só está “aberto” às elites. Há aqui uma forte componente de reprodução

social e fechamento social. Nesta óptica, a área que se posiciona imediatamente a seguir, com uma estrutura de distribuição do capital cultural e económico semelhante, corresponde às engenharias (na qual 68,5% dos estudantes são oriundos das posições dominantes da estrutura de classes sociais).

Estas são as duas áreas que integram a maior componente tecnológica e de investimento em equipamentos e manutenção, estando concentradas no ensino superior público. Correspondem aos segmentos de formação menos permeáveis ao risco de não conversão do capital escolar em recursos profissionais e qualificacionais. Os mercados respectivos estão ainda longe da saturação, pelo que as saídas profissionais têm uma probabilidade de sucesso muitíssimo elevada, nomeadamente devido à raridade do tipo de saberes e de prestações técnicas detidos por estes profissionais.

Os alunos inseridos nestas duas áreas estão pois predominantemente integrados em trajectórias estacionárias dirigidas a lugares da estrutura de classes homólogos aos dos respectivos grupos domésticos familiares (situação mais incidente nos estudantes de medicina) ou de mobilidade social ascendente (estes trajectos representam potencialmente cerca de 1/3 dos estudantes que frequentam as engenharias).

Quanto às origens de classe dos alunos que frequentam as restantes áreas científicas, destaca-se ainda em direito e em economia e gestão uma sobre-representação das classes sociais que detêm um maior volume de capital económico e social. Nestas áreas as origens sociais dos estudantes evidenciam assim uma inversão do peso percentual entre as duas categorias dominantes, prevalecendo as fracções de classe da burguesia (as quais apresentam valores percentuais superiores aos evidenciados nas distribuições analisadas anteriormente).

Estas são duas das áreas científicas privilegiadas pelo ensino superior privado (sobretudo a área de economia e gestão, que concentra cerca de 1/3 dos alunos matriculados neste tipo de ensino). Parece que se pode ver aqui a procura de conjugação do capital económico, dominante no grupo doméstico de origem, com o capital escolar e simbólico. A imagem de prestígio social associada ao direito, e também cada vez mais à economia (que recentemente instituiu uma ordem profissional), é certamente um factor que pesa nas estratégias individuais e familiares que conduzem os estudantes à frequência deste tipo de licenciatura.

Na área de economia e gestão, evidencia-se ainda uma forte correspondência entre a formação académica e os lugares de classe prevalentes nos grupos domésticos de origem onde, para além das fracções de classe da burguesia, se observa ainda alguma incidência de estudantes oriundos de grupos domésticos de trabalhadores independentes.

Esta última posição social tende a representar uma boa parte das origens sociais de classe dos estudantes que frequentam a área de letras e artes. É nesta área de formação, na de ciências sociais e, também, na de ciências naturais e matemática que se localizam uma boa parte dos estudantes que, do ponto de vista das origens sociais de classe, são provenientes das fracções mais desprovidas de recursos (para além dos trabalhadores independentes, uma classe que pode envolver situações mais heterogéneas, as categorias de assalariados dos serviços e da indústria, as

Quadro 3 Indicador socioprofissional do grupo doméstico de origem por área científica e tipo de ensino (percentagem em linha)

Estudantes	Indicador socioprofissional do grupo doméstico de origem							Total
	Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	Profissionais Técnicos e de Enquadramento	Trabalhadores Independentes	Trabalhadores Independentes Pluriactivos	Empregados Executantes	Operários Industriais	Assalariados Executantes Pluriactivos	
<i>Áreas científicas</i>								
Letras e Artes	23,4	30,0	9,7	7,8	10,9	9,4	8,8	100,0
Direito	41,6	26,4	4,1	7,1	8,6	7,6	4,6	100,0
Ciências Sociais	23,7	31,6	6,1	5,8	13,7	9,1	10,0	100,0
Economia e Gestão	36,0	26,7	6,7	8,6	10,0	4,7	7,2	100,0
Ciências Médicas	30,9	54,6	0,0	3,1	7,2	3,1	1,0	100,0
C. Naturais e Matemática	24,6	33,3	6,1	9,1	7,2	13,6	6,1	100,0
Engenharias	28,5	40,0	6,5	5,6	10,4	4,2	4,8	100,0
<i>Tipo de ensino</i>								
Superior público	26,7	36,2	6,0	6,7	9,8	8,8	5,9	100,0
Superior privado	33,6	27,1	7,0	7,8	10,8	5,5	8,2	100,0
Total	29,4	32,6	6,4	7,1	10,2	7,5	6,8	100,0

quais no conjunto representam 46,6%, 44,7% e 42,0% das origens de classe dos estudantes que as frequentam, respectivamente).

Estarão aqui, pois, predominantemente localizados os estudantes que seguem trajectórias de mobilidade ascendente de maior alcance social, isto pressupondo que com alguma probabilidade integrarão no futuro a categoria socioprofissional de trabalhadores por conta de outrem correspondente aos profissionais técnicos e de enquadramento.

A análise por tipo de ensino revela que o peso relativo destas categorias sociais, menos providas de recursos, no ensino público e privado não apresenta diferenças muito acentuadas. Assim, e contrariamente ao que poderia sugerir a leitura dos resultados obtidos no cruzamento do tipo de ensino com o nível de escolaridade do pai e da mãe, constata-se que as principais diferenças entres os dois subsistemas de ensino não radicam tanto numa maior propensão do superior privado para o recrutamento de estudantes com origens sociais mais baixas. Significa isto que, a ter havido alguma mudança social com o alargamento da iniciativa privada neste nível de formação superior, esta reflecte apenas a maior oportunidade de acesso aos segmentos que, embora com uma inserção privilegiada do ponto de vista económico e social, não detinham um nível de escolaridade correspondente.

Os “protagonismos sociais contrastantes” entre as duas localizações de classe que “usufruem de maiores recursos e influência colectiva na sociedade portuguesa actual” (Machado e Costa, 1998: 38), têm assim continuidade nas diferentes propensões de uma e outra em acederem aos dois subsistemas de ensino público e privado.

Situação social actual

Neste capítulo, para uma melhor padronização dos processos que caracterizam a transição para a vida adulta dos estudantes universitários, a análise desenvolve-se através da exploração de um conjunto diversificado de indicadores básicos, estruturantes das suas condições sociais de existência na fase actual das trajectórias que protagonizam, como a “situação conjugal”, o “meio de vida principal”, a “condição principal perante o trabalho”, a “profissão actual” e a “situação nessa profissão”. Para aferir sobre algumas das especificidades dos padrões que a este respeito caracterizam os estudantes universitários, a análise será desenvolvida tomando sempre por comparação indicadores equivalentes reportados aos jovens portugueses em geral.

De acordo com os resultados apurados no inquérito aos estudantes de licenciatura, para uma boa parte da população que frequenta presentemente o ensino superior em Portugal, o “início da vida adulta” está fortemente associado ao termo da escolarização, ou antes, ao culminar da fase do trajecto de vida marcada predominantemente pela condição estudantil. A maioria destes jovens só nessa altura desempenhará uma primeira experiência profissional (a proporção de estudantes

que nunca exerceu qualquer actividade remunerada é de 86,8%), e daí até à autonomia financeira ou independência económica em relação à família de origem poderão passar-se ainda alguns anos. Vai neste sentido o facto de uma proporção significativa de estudantes referir como principal meio de vida estar “a cargo da família” (90,9% dos inquiridos), muito embora alguns possam acumular outras fontes de rendimento como bolsas, subsídios, etc. Por outro lado, do ponto de vista das relações conjugais/familiares, a grande maioria (94,9%) declara nunca ter vivido em situação conjugal (casado ou união de facto).

Perfil sociodemográfico dos estudantes casados ou em união de facto

Sendo o objectivo desta reflexão analisar os padrões de vida dos estudantes universitários nos processos de transição para a vida adulta, parece, ainda assim, pertinente dar alguma atenção ao segmento que, embora minoritário, vive já pelo menos numa situação intermédia de transição. É o caso dos estudantes casados ou em união de facto e, eventualmente, também, o caso dos estudantes que exercem ou já exerceram uma actividade remunerada.

Começa-se então por traçar o perfil sociodemográfico dos estudantes que vivem em situação conjugal, para passar depois à análise da sua situação familiar actual. No conjunto estes estudantes representam apenas 5,1% da amostra de inquiridos.

Se, como foi referido atrás, o casamento constitui o principal marco de passagem para a vida adulta, esta proporção de estudantes que já constituiu uma nova família não deixa de ser afectada por um efeito de idade. Este subconjunto da população inquirida caracteriza-se por uma estrutura etária bastante mais envelhecida do que a relativa ao total de estudantes incluídos na amostra: a média de idades situa-se nos 31 anos (contra uma média de idade de 22 anos no caso do conjunto de estudantes), enquanto a idade modal se localiza no escalão etário de 30 e mais anos. Significa isto que propriamente os escalões mais jovens da população estudantil estão aqui muito pouco representados (cf. quadro 4).

Consequência do prolongamento da escolaridade para o nível superior, nos grupos etários dos mais novos (sobretudo no escalão 25-29 anos) é notável a discrepância relativamente à situação conjugal entre as duas distribuições: estudantes de licenciatura e jovens portugueses no seu conjunto.

No conjunto da população portuguesa, em 1991: “é no escalão etário mais novo (15-19 anos) que encontramos a mais alta proporção de solteiros (rondando a casa dos 95%), sendo esta situação ainda maioritária na faixa etária imediatamente a seguir (20-24 anos), com cerca de 70% dos casos (...). Já em relação ao último grupo convencional, a situação inverte-se significativamente, verificando-se que a situação maioritária dos jovens portugueses depois dos 25 anos é a de casados (60,7%)” (Ferreira, 1999: 53).

A população estudantil que vive em situação conjugal é ainda marcada pela forte incidência do sexo feminino. Se no conjunto da amostra as estudantes representam 61,9% dos inquiridos, no subconjunto dos casados o seu peso acresce em 7

Quadro 4 Estudantes e jovens portugueses que vivem em situação conjugal por grupos etários (em percentagens)

Grupos etários	Estudantes	Jovens portugueses (1991)
Até 19 anos	1,1	5,0
20 a 24 anos	1,3	24,9
25 a 29 anos	17,4	60,7

Fontes: CIES, *Inquérito aos Estudantes*, 1999, e Ferreira, 1999: 53.

pontos percentuais (passando para 69,3%). Pode-se ver neste predomínio das estudantes casadas algum reflexo de dinâmicas inigualitárias nas trajectórias de transição para a vida adulta segundo o género, no âmbito das quais as raparigas tenderiam a estabelecer relações conjugais em etapas mais precoces, nomeadamente para se “libertarem” de normas mais condicionantes da autonomia impostas pelos respectivos progenitores. A idade média destas estudantes casadas que, como foi salientado, são um pouco mais velhas que a generalidade dos seus colegas, pode também indicar a importância que atribuem à educação como forma de colmatar as dificuldades, acrescidas neste sexo, no acesso a níveis de remuneração e a posições mais qualificadas no mercado laboral (Grácio, 1997: 107).

As diferenças entre as condições sociais de existência actuais dos estudantes casados relativamente às dos seus colegas acentuam-se claramente quando se reporta a análise quer à fonte de rendimento principal, quer à condição principal perante o trabalho (cf. quadro 5).

Os resultados obtidos nesta análise parecem ser bastante ilustrativos da hipótese que vê no casamento um dos mais importantes acontecimentos de passagem para a vida adulta. É a partir deste que o trabalho se constitui quer como fonte de rendimentos prioritária, quer como principal condição perante a actividade. O prosseguimento dos estudos não deixa também de jogar aqui um papel apreciável, nomeadamente ao adiar a entrada na vida activa para lá da própria constituição de uma nova família.

Neste sentido, são notáveis as diferenças entre a distribuição dos estudantes de licenciatura como um todo e a do subconjunto dos que vivem em situação conjugal, os quais apresentam uma distribuição que tende a aproximar-se da relativa aos jovens portugueses localizados no grupo etário dos 25-34 anos (a maioria dos quais são casados). As diferenciações entre os estudantes casados e este segmento da juventude portuguesa incidem na importância que, uns e outros, dão ao trabalho e à família como principais meios de vida.

Estas dissemelhanças são, no entanto, bastante mais atenuadas do que as que opõem os estudantes em geral aos que vivem em situação conjugal. Neste segmento de estudantes o trabalho representa claramente o principal meio de vida (56,9%). O papel da família como fonte de financiamento prioritária atenuou-se aqui significativamente, embora de maneira nenhuma se tenha anulado (passa de 90,9% para 38,2%). Num e noutro conjunto de estudantes o núcleo familiar de referência é também diferente; enquanto a maioria dos estudantes se

Quadro 5 Meio de vida e condição perante o trabalho do conjunto dos estudantes, dos estudantes casados e respectivos cônjuges e dos jovens portugueses em geral (em percentagens)

Variáveis	Total de estudantes	Estudantes casados	Cônjuges	População em geral	
				15-24 anos	25-34 anos
<i>Meio de vida principal</i>					
Trabalho	7,4	56,9	87,5	36,0	69,7
Subsídios ou pensões	1,5	2,9	4,5	1,8	3,9
Rendimentos	0,2	2,0	3,4	0,4	2,0
A cargo da família	90,9	38,2	4,6	61,8	24,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Condição perante o trabalho</i>					
Exerce uma profissão	6,7	55,9	87,1	43,6	81,9
Desempregado	0,5	1,0	2,4	4,9	4,8
Total activos	7,2	56,9	89,5	48,5	86,7
Ocupa-se das tarefas domésticas	-	-	3,5		
Estudante	92,7	42,2	4,7		
Outras situações	0,1	0,9	2,3		
Total inactivos	92,8	43,1	10,5	51,5	13,3
Total	100,0	100,0	100,0		

Fontes: CIES, *Inquérito aos Estudantes*, 1999, e INE, *Inquérito ao Emprego*, 1998.

reporta ao quadro familiar dos respectivos pais, os casados tenderão a tomar por referência a sua nova família.

Quanto à condição perante o trabalho, na distribuição relativa aos estudantes que vivem em situação conjugal, os activos (55,9%) predominam claramente sobre os inactivos (43,1%). Uma situação que se acentua quando tomamos o grupo doméstico familiar, já que a larga maioria dos cônjuges integra a população activa (89,5%).

A análise da inactividade neste segmento dos estudantes casados realça a importância da condição estudantil, a qual para 42,2% representa a condição principal perante o trabalho. Esta é uma situação que acompanha, aliás, uma tendência genérica na sociedade portuguesa onde, mesmo no sexo feminino, a inactividade, anteriormente mais associada à condição de doméstica, tende a estar cada vez mais ligada ao estatuto de estudante, como nos dá conta Vítor Sérgio Ferreira (1999: 127-128):

Com efeito, se analisarmos a composição da inactividade entre a população jovem portuguesa, nota-se um forte crescimento da condição de estudante em ambos os sexos, um pouco mais acentuada no sexo feminino (mais 21 pontos percentuais no sector masculino e mais 27 no feminino, entre 75 e 97), assim como uma notável diminuição, entre as mulheres, da condição de doméstica (...). Entre os homens, em meados de 70 existiam cerca de 14% de estudantes, percentagem essa que subiu recentemente para 33,6%; entre as mulheres, a proporção de estudantes situava-se, em 75,

Quadro 6 Níveis de escolaridade dos cônjuges e dos jovens portugueses com 25-34 anos (em percentagens)

Níveis de escolaridade	Cônjuges	População 25-34 anos
Nenhum	-	4,1
Básico 1	-	23,7
Básico 2	4,6	30,7
Básico 3	8,0	14,2
Secundário	37,9	16,2
Superior	49,4	11,1
Total	100,0	100,0

Fontes: CIES, *Inquérito aos Estudantes*, 1999, e INE, *Inquérito ao Emprego*, 1998.

nos 13,4%, aumentando para 38,4% em 97, enquanto a proporção de domésticas era de 23,4%, tendo descido para 6,6%.

Nas gerações mais jovens a análise da escolaridade constitui-se assim como uma dimensão-chave para a compreensão das diferentes modalidades de inserção na actividade. Isto quer a montante, ao promover um prolongamento das idades de transição nos dois sexos e portanto a “desactivação” dos jovens em relação ao trabalho, quer a jusante, ao condicionar os trajectos de inserção socioprofissional (em termos de qualidade/oportunidade e de tempo de transição).

Por definição todos os estudantes inseridos na amostra atingiram já o nível de escolaridade superior. Quais os recursos socioeducacionais dos seus cônjuges?

Como se pode observar no quadro 6, a larga maioria dos cônjuges atingiu pelo menos o ensino secundário (87,3%), numa proporção claramente superior à da população portuguesa em geral, sobretudo quando se reporta a análise ao mais alto nível de escolaridade: 49,4% dos cônjuges atingiu o ensino superior, situação que envolve apenas 11,1% dos jovens com idades compreendidas entre os 25-34 anos. Estes dados parecem assim confirmar uma tendente *homogamia educacional* nas estratégias matrimoniais implícitas dos (futuros) licenciados. Uma situação que, uma vez mais, reforça a ideia de que uma forte proporção de estudantes de licenciatura poderá estar integrada em trajectórias intergeracionais ascendentes, ou fortemente ascendentes.

As modalidades de inserção na vida activa

A análise das modalidades de inserção na vida activa toma por referência todos os estudantes que trabalham ou já trabalharam, os quais no conjunto representam 14,2% da amostra de inquiridos.

Para a maioria dos estudantes trabalhadores o início da vida activa teve lugar aos 18 anos, situando-se a idade média de inserção um ano acima, nos 19 anos, para um desvio padrão de 2,83.

Do ponto de vista da distribuição sexual, neste subconjunto de estudantes, o

Quadro 7 Composições socioprofissionais dos estudantes activos na primeira profissão e na actual e dos jovens portugueses em geral (em percentagens)

Composições socioprofissionais	Estudantes de licenciatura		Jovens portugueses		
	Primeira profissão	Profissão actual	15-19 anos	20-24 anos	25-29 anos
<i>Profissão (grandes grupos / CNP 94)</i>					
Dirigentes e quadros superiores	1,8	3,4	0,1	1,9	4,3
Profissões intelectuais e científicas	17,4	24,2	0,3	3,0	10,8
Técnicos e profissionais de nível intermédio	20,6	26,9	2,4	6,2	12,9
Pessoal administrativo e similares	27,0	24,2	7,0	18,6	14,6
Pessoal dos serviços e vendedores	22,0	17,8	2,3	24,3	15,9
Agricultores	0,7	-	4,1	3,4	2,3
Operários e artífices	3,5	1,5	53,4	15,9	23,5
Operadores e montadores	1,4	0,4	7,9	11,3	6,9
Trabalhadores não qualificados	5,6	1,5	22,6	15,4	8,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Situação na profissão</i>					
Patrão	2,8	4,1	0,6	0,9	3,0
Isolado / trabalhador por conta própria	14,5	22,9	9,7	10,6	13,0
Assalariado / trab. por conta de outrem	82,6	72,9	89,7	88,5	84,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes: CIES, *Inquérito aos Estudantes*, 1999, e Eurostat, *Inquérito ao Emprego*, 1996.

predomínio do sexo feminino está bastante atenuado relativamente ao seu peso no conjunto da amostra (passa de 61,9% para 54,3%). Acresce que as estudantes trabalhadoras, mais frequentemente do que os seus colegas trabalhadores do sexo oposto, tendem a secundarizar a importância do trabalho face à família, quer como meio de financiamento, quer como condição perante a actividade.

A análise das composições socioprofissionais na primeira actividade revela uma distribuição relativamente concentrada nos grupos profissionais mais ligados ao sector dos serviços, entre os quais se destacam o pessoal administrativo e similares, bem como o pessoal dos serviços e vendedores (respectivamente, com 27,0% e 22,0% das frequências) (cf. quadro 7).

Os técnicos e profissionais de nível intermédio, assim como os profissionais intelectuais e científicos, já nesta fase inicial das trajectórias de inserção na vida activa dos estudantes, têm uma expressão numérica significativa (20,6% e 17,4%, respectivamente). Logo nesta etapa, é notória a distância que separa os estudantes-trabalhadores dos jovens portugueses em geral, sobretudo nos escalões dos mais novos. Reflexo da extensão para os nossos dias dos modelos competitivos tradicionais, fundados na actividade industrial e na abundância de uma mão-de-obra com níveis limitados de qualificação e baixas expectativas remuneratórias, 53,4% do segmento mais jovem da população activa está envolvido num dos grandes grupos profissionais associados à indústria: o grupo dos operários e artífices. Numa perspectiva convergente, as baixas taxas de qualificação destes jovens trabalhadores revelam-se ainda na baixíssima percentagem dos que estão inseridos no grande grupo das profissões intelectuais e científicas (apenas com 0,3%).

Quanto aos estudantes de licenciatura, o predomínio de profissões mais qualificadas do sector dos serviços tende ainda a acentuar-se na profissão que exercem actualmente. Facto que sugere uma relativa mobilidade ocupacional qualificante nos percursos biográficos de inserção profissional da maioria destes protagonistas sociais.

Com efeito, na profissão actual regista-se um reforço do peso numérico dos três primeiros grandes grupos (dirigentes e quadros superiores, profissões intelectuais e científicas, técnicos e profissionais de nível intermédio), ao mesmo tempo que todos os outros diminuem. Estas trajectórias são também notórias na população juvenil em geral: à medida que as idades de referência são mais avançadas, diminui o peso relativo das profissões associadas à indústria e à agricultura (exceptuam-se as profissões integradas no grande grupo dos operários e artífices na passagem do grupo etário 20-24 anos para os 25-29 anos). De resto, tal como nas distribuições dos estudantes, é notável o aumento do peso relativo das actividades mais qualificadas à medida que se avança na estrutura etária.

A importância da escolaridade no acesso à profissão está ainda bem patente nas diferenças marcantes dos perfis socioprofissionais que predominam entre os estudantes de licenciatura que presentemente exercem uma profissão e entre o segmento da juventude portuguesa com 25-29 anos — dos três escalões etários considerados o que apresenta uma distribuição por grupos profissionais mais qualificada. Neste subconjunto, a tendência mais marcante liga-se com o forte acentuamento do peso relativo dos três primeiros grandes grupos ocupacionais: os dirigentes e quadros superiores (com um crescimento de 4,2% face ao escalão dos mais jovens), as profissões intelectuais e científicas (+ 10,5%) e os técnicos e profissionais de nível intermédio (+ 6,7%). O crescimento global destas ocupações não evita, no entanto, que a maioria dos jovens esteja inserida no grande grupo dos operários e artífices (23,5%), o qual é logo seguido pelos grupos que englobam o pessoal do comércio e serviços e o pessoal administrativo (com 15,9% e 14,6%, respectivamente).

A análise da situação na profissão destes diversos subconjuntos, relativos aos estudantes de licenciatura na primeira profissão e na actual, por um lado, e ao conjunto dos jovens portugueses nos três escalões etários considerados, por outro lado, põe em relevo a forte incidência do assalariamento, o qual detém um peso relativo que se situa entre os 72,9% (situação na profissão actual dos estudantes) e os 89,7% (situação dos jovens de 15 a 19 anos).

Não obstante, é também notável que este predomínio do trabalho por conta de outrem tenda a atenuar-se à medida que as trajectórias de inserção são mais prolongadas. De facto, entre os dois momentos considerados nas inserções profissionais dos estudantes, o peso do trabalho assalariado diminui cerca de 10 pontos percentuais, ao mesmo tempo que o trabalho por conta própria cresce em 8,4%. Esta é uma tendência que caracteriza a situação na profissão dos jovens portugueses em geral, embora no conjunto dos jovens as transferências do trabalho assalariado se distribuam de forma mais equitativa num acréscimo quer da situação de patrão com trabalhadores ao serviço, quer da situação de trabalho isolado.

Considerando o conjunto dos estudantes trabalhadores parece claro que nem todos se encontram na mesma fase do ciclo de vida relativamente à profissão. No meadamente, se para uns o exercício de uma profissão constitui declaradamente um condicionante primordial na forma como configuram (no plano material e ao nível das representações) as suas posições relativas no espaço das condições de existência, para outros, sobretudo os que só agora iniciam a sua actividade, o trabalho poderá ser encarado apenas como uma forma de maior autonomização face à família, um meio complementar de acesso a rendimentos, uma forma de dar cobertura a necessidades de lazer e outras que eventualmente os pais não podem ou não querem custear.

Estas diferentes relações que os estudantes trabalhadores estabelecem com a actividade estão bem evidenciadas na análise do regime de emprego.

No conjunto, representam 37,2% os estudantes trabalhadores que declaram exercer a sua actividade em regime de emprego estável, estando a larga maioria (62,8%) em situação de trabalho precário ou irregular na profissão que exerce actualmente. Se se perspectivar esta análise por grandes grupos profissionais verifica-se, além disso, que nem todas as profissões apresentam as mesmas taxas de precariedade no emprego: por exemplo, no caso dos profissionais técnicos de nível intermédio representa 49,0%, contra os 73,7% de trabalho precário/irregular nas profissões intelectuais e científicas.

A maior ou menor estabilidade associada ao regime de emprego está significativamente relacionada quer com os escalões etários, quer com a situação conjugal destes estudantes (cf. quadro 8). Designadamente verifica-se que os estudantes enquadrados por um regime de maior estabilidade são mais velhos e vivem ou já viveram com maior frequência em situação conjugal.

Do ponto de vista das inserções sócio-organizacionais, os estudantes que conhecem uma maior estabilidade no emprego, embora como os seus colegas com uma situação de trabalho precária/irregular estejam predominantemente inseridos em empresas privadas ou do sector cooperativo, marcam uma maior presença na administração pública central, regional ou local. Além disso, ocupam com maior incidência cargos de direcção/gestão e de chefia, bem como as posições de maior autonomia na organização.

É provável que nos processos de inserção profissional destes estudantes as condicionantes associadas aos seus percursos biográficos se intercalem com outras de natureza diversa, ligadas às próprias dinâmicas institucionais do sistema de emprego. Ou seja, se por um lado, as orientações de procura (de trabalho) dos vários segmentos, dirigindo-se à resposta de “urgências” diferentes, são bastante distintas, por outro lado, também as condições que hoje se oferecem aos (futuros) licenciados que só recentemente tiveram a sua primeira experiência profissional não são iguais às que se impuseram aos seus colegas mais velhos, cuja entrada na universidade passou previamente por uma consolidação da sua actividade profissional.

Nas orientações de procura de emprego, entre estes segmentos de estudantes trabalhadores encontramos certamente níveis diferentes de expectativas e de recursos de empregabilidade. Pelo que a centralidade do trabalho, a forma como

Quadro 8 Perfis sociodemográficos e sócio-organizacionais dos estudantes trabalhadores por regime de emprego (percentagens)

Estudantes	Regime de emprego	
	Estável	Precário ou irregular
<i>Perfis sociodemográficos</i>		
<i>Grupos etários</i>		
18 a 24 anos	39,2	58,1
25 a 29 anos	24,6	27,4
30 anos ou mais	36,2	14,5
Total	100,0	100,0
<i>Sexo (*)</i>		
Masculino	50,7	41,7
Feminino	49,3	58,3
Total	100,0	100,0
<i>Situação conjugal</i>		
Solteiro	55,7	84,7
Casado/união de facto	44,3	15,3
Total	100,0	100,0
<i>Perfis sócio-organizacionais</i>		
<i>Estatuto jurídico da empresa</i>		
Empresa pública	8,6	9,4
Administração pública central, regional ou local	28,6	12,0
Empresa privada/cooperativa	62,9	78,6
Total	100,0	100,0
<i>Posicionamento hierárquico na organização</i>		
Cargo de Direcção/Gestor	25,7	20,5
Chefia	12,9	1,7
Sem posição de chefia	37,1	59,0
Sem dependência hierárquica	24,3	18,8
Total	100,0	100,0

Notas: Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,01$); (*) qui-quadrado não significativo ($p > 0,05$).

aquele se articula — também no plano dos valores e das representações — com outras esferas da vida social, as percepções sobre os sistemas de oportunidades e recompensas serão, pois, perspectivados de forma diferenciada.

Pelo lado propriamente da oferta de trabalho, os contextos laborais que enquadram o funcionamento do sistema de emprego e, como tal, os mecanismos de utilização e circulação da mão-de-obra tendem, também, a acentuar as clivagens que se interpõem entre aqueles segmentos de estudantes. São múltiplas as alterações que se vêm registando nos diversos vectores que influenciam a estruturação do emprego.⁷ Ao longo do presente artigo designaram-se já, ainda que de forma genérica, algumas dessas transformações: como o aprofundamento da terciarização, o crescimento da actividade profissional feminina, a proliferação de formas de trabalho ditas “periféricas” como, no caso do trabalho por conta de outrem, o aumento de contratos a termo certo. Estas transformações são ainda acompanhadas por alterações profundas nas formas de conceber a organização do trabalho e os exercícios profissionais, as quais estão associadas à emergência de conceitos como a

polivalência, a empregabilidade e a “flexi-segurança” (*flexicurity* ou *secured flexible employment*),⁸ entre outros.

Aspirações e expectativas de inserção profissional

Uma larga maioria dos estudantes tende a atribuir à passagem pela universidade o alargamento virtual das oportunidades futuras de inserção na actividade profissional. Eventualmente, esta percepção que têm da educação como direito de entrada em ocupações profissionais de reconhecida importância, bem como a um estatuto social compatível, poderá radicar na sua relativa escassez no mercado ou, mais especificamente, nas características ligadas ao baixo nível de instrução e formação da população activa portuguesa (veja-se Costa, Mauritti, Martins, Machado e Almeida, 2000: 29-34).

É provável também que, nas projecções que fazem sobre as suas próprias trajectórias, a maior ou menor confiança que exprimem reflecta ainda o facto de estarem, ou não, a frequentar o curso que elegeram como primeira opção, quando se candidataram à universidade (o que acontece em 80,4% dos casos).

Referiu-se antes que apenas uma minoria dos estudantes inquiridos exerce ou já exerceu actividades profissionais remuneradas. Deste modo, as percepções que têm do mundo laboral decorrem essencialmente dos dados de que dispõem a partir da diversidade de experiências vivenciadas pelos seus familiares e amigos mais próximos e pelo que genericamente lhes é transmitido nos meios de comunicação social, bem como, talvez de forma mais saliente — nomeadamente quando as referências tomam as posições de destino —, nos contextos de socialização mais directamente associados ao ensino superior e ao domínio de formação que frequentam; o qual tenderá a proporcionar uma aquisição diferenciada de meios e atributos objectivados que podem convocar.

Os recursos educacionais e, de forma mais precisa, a forma como são mobilizados nas aspirações e expectativas de inserção profissional dos (futuros) licenciados são, assim, elementos centrais para a compreensão dos mecanismos que, do ponto de vista da procura de trabalho, pautam os processos de transição para a vida profissional activa deste segmento da população juvenil altamente escolarizado. Mas a educação pode não constituir um investimento dirigido exclusivamente, pelo menos de forma prioritária, ao alargamento de oportunidades profissionais que esperam vir a concretizar em termos individuais. Ela pode abranger, nas suas várias vertentes, orientações para a realização de acções mais sociocentradas, dirigidas a vários domínios da vida social. Como vem sugerido num relatório da OCDE (1998; 39):

O bem-estar social e a prosperidade de um país estão ligados à instrução e à formação da população activa. A educação contribui para a transmissão de conhecimentos, de aptidões e de competências necessárias para permitir a cada indivíduo desempenhar

um papel activo na sociedade. Ela contribui também para o progresso dos conhecimentos científicos e culturais.

Na conjugação destas diversas dimensões, para além das repercussões que tem, tanto na estruturação das trajectórias sociais que cada um tende a realizar, como no tipo de recompensas que espera alcançar, a educação surge assim como um elemento estruturante das próprias condições de desenvolvimento socioeconómico e enriquecimento cultural da vida social. Em que medida é que estes vários aspectos são valorizados nas representações dos estudantes (futuros licenciados), protagonistas centrais nos processos de mudança social e económica, como “razões de escolha da licenciatura ou para terem decidido completá-la no caso da sua preferência inicial ter sido outra”? Esta é uma das questões abordadas no inquérito que agora se analisa, a partir da ilustração de resultados proposta na figura 1.

Nesta vertente de exploração dos dados pretende-se detectar as predisposições que presidiram à escolha do curso ou, dito de outro modo, pretende-se uma aproximação às configurações dos valores e aos significados que os estudantes de licenciatura atribuem à aprendizagem enquanto veículo de inserção social e profissional. Para operacionalização deste objectivo, num primeiro plano, procura-se apurar as orientações valorativas — egocentradas/sociocentradas — subjacentes à avaliação das diversas motivações de escolha e, num segundo plano, analisar a importância relativa de diversos tipos de recompensa — intrínsecas, extrínsecas e morais — que prevêm e/ou desejam realizar.⁹ Nestes dois eixos analíticos, tal como na abordagem desenvolvida anteriormente, procura-se ainda verificar, para lá das tendências transversais relativas ao conjunto de estudantes, se é possível estabelecer padrões diferenciados nos perfis ligados às razões de escolha da licenciatura, designadamente em função da inserção escolar.

Esta análise, embora partindo de um facto amplamente partilhado de que “mais educação aumenta as oportunidades de ganhos económicos (bem como, simbólicos e culturais) durante a vida profissional de cada um” (Grácio, 1997: 15), não pretende propriamente equacionar qual o “perfil de procura” subjacente ao investimento em educação, nem apurar a importância de factores objectivos condicionadores da “escolha”, associados a características sociais e institucionais ou a condicionalismos decorrentes, designadamente, do aproveitamento escolar nas etapas de escolarização que precederam o acesso à universidade. A partir da questão enunciada, pretende-se, sim, uma primeira aproximação aos sistemas de orientações simbólico-culturais que enquadram os comportamentos e as atitudes destes estudantes em relação à sociedade e, mais especificamente, ao trabalho e à profissão.

Genericamente, o que de mais significativo resulta do apuramento de resultados ilustrados na figura 1 é o facto de todas as dimensões consideradas como razões eventuais para a escolha da licenciatura serem assumidas pela maioria dos estudantes como importantes. Isto embora seja notória a maior valorização dos elementos mais ligados às suas trajectórias individuais, como o “vir a ter prazer na actividade profissional”, “desenvolver potencialidades pessoais” e “aceder a um trabalho qualificado e bem remunerado” (aspectos que para, respectivamente, 95,5%,

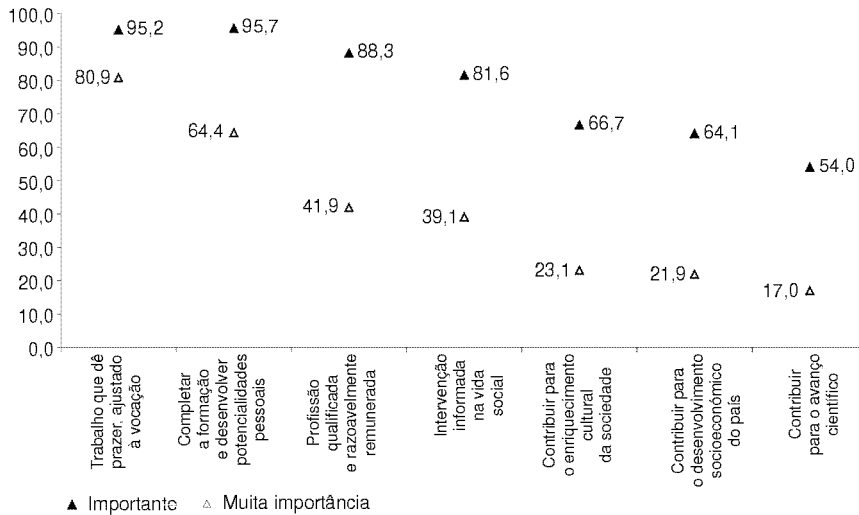


Figura 1 Representações sobre as razões de escolha da licenciatura (em percentagem)

Nota: para operacionalização das representações sobre a importância de vários elementos na escolha da licenciatura, utilizou-se uma escala com quatro graus, traduzidos pelas expressões “Muita”, “Alguma”, “Pouca” e “Nenhuma” importância. Para efeitos desta análise, essa escala foi dicotomizada em duas categorias, a primeira, ilustrada nesta figura pela designação “Importante”, agrega o conjunto de atribuições localizadas no grau 2 (alguma importância), enquanto a segunda categoria, que na análise é denominada “Muita importância”, corresponde ao somatório das atribuições positivas de muita e alguma importância.

95,7% e 88,3% dos estudantes são percebidos como importantes na opção de formação que fizeram quando da candidatura à universidade).

Por forma a distinguir nestas atribuições aquelas que são mais valorizadas pelos estudantes, numa abordagem complementar, manteve-se na ilustração a categoria original correspondente ao extremo máximo da escala: “Muita importância”.

No extremo oposto, mas ainda com uma valorização de importância claramente positiva, localizam-se os vectores mais abstractos ou mais incidentemente voltados para a sociedade: “contribuir para o avanço científico”, “contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do país” e “contribuir para o enriquecimento cultural da sociedade” (aos quais atribuem importância 54,0%, 64,1% e 66,7% dos estudantes, respectivamente). Nesta dimensão *sociocentrada* das razões que presidiram à escolha da licenciatura constitui, declaradamente, uma motivação para a aquisição de conhecimentos a possibilidade de virem a desenvolver uma “intervenção mais informada na vida social” (reconhecida como importante por 81,6% dos estudantes).

É quando se consideram, nas atribuições de importância positiva dos vários vectores, as diferenças entre os dois primeiros graus de importância (muita e alguma) que as orientações de escolha *egocentradas* adquirem um peso mais acentuado, enquanto motivação de frequência da licenciatura.

Quadro 9 Representações sobre as razões de escolha da licenciatura por áreas científicas (em percentagem)

Razões de escolha da licenciatura	Grau de importância	Áreas científicas							Total
		Letras e Artes	Direito	Ciências Sociais	Economia e Gestão	Ciências Médicas	C. Naturais e Matemática	Engenharias	
Ter um trabalho que dê prazer, ajustado à vocação	Importante (**)	93,1	97,4	96,9	97,2	100,0	95,8	96,6	96,4
	Não importante (**)	6,9	2,6	3,1	2,8	-	4,2	3,4	3,6
	Mta importância (*)	83,8	81,6	84,4	77,2	93,5	74,5	80,2	80,9
Completar a formação e desenvolver potencialidades pessoais	Importante	95,3	97,4	96,9	95,6	97,8	94,6	94,3	95,7
	Não importante	4,7	2,6	3,1	4,4	2,2	5,4	5,7	4,3
	Mta importância (*)	70,6	67,3	79,4	55,3	74,2	58,5	56,1	64,4
Ter acesso a uma profissão qualificada e bem remunerada	Importante (*)	83,1	97,4	75,7	95,6	90,2	82,7	94,4	88,3
	Não importante (*)	16,9	2,6	24,3	4,4	9,8	17,3	5,6	11,7
	Mta importância (*)	33,4	52,6	18,8	52,0	42,4	38,8	55,1	41,9
Intervenção informada na vida social	Importante (*)	82,4	92,8	89,0	85,2	75,3	76,4	69,1	81,6
	Não importante (*)	17,6	7,2	11,0	14,8	24,7	23,6	30,9	18,4
	Mta importância (*)	35,7	59,0	54,9	38,4	35,5	31,0	24,4	39,1
Contribuir para o enriquecimento cultural da sociedade	Importante (*)	80,3	57,4	77,7	53,9	65,2	72,5	61,3	66,7
	Não importante (*)	19,7	42,6	22,3	46,1	34,8	27,5	38,7	33,3
	Mta importância (*)	37,0	19,0	32,4	11,5	21,7	29,5	14,1	23,1
Contribuir para o desenvolvimento socioeconómico	Importante (*)	51,6	66,5	57,1	79,8	58,1	57,5	68,0	64,1
	Não importante (*)	48,4	33,5	42,9	20,2	41,9	42,5	32,0	35,9
	Mta importância (*)	15,3	26,3	15,6	33,9	20,4	17,0	21,0	21,9
Contribuir para o avanço científico	Importante (*)	48,3	39,2	67,6	37,8	77,2	60,4	63,7	54,0
	Não importante (*)	51,7	60,8	32,4	62,2	22,8	39,6	36,3	46,0
	Mta importância (*)	7,5	9,3	25,6	5,6	35,9	28,5	22,0	17,0

Notas: (*) Qui-quadrado significativo $p \leq 0,01$; (**) qui-quadrado significativo $p \leq 0,05$. Ver nota à figura 1.

Numa leitura complementar dos resultados, ligada ao tipo de recompensas que esperam alcançar com a passagem pela universidade, a diferenciação dos dois graus de importância permite ainda observar que, nas orientações mais voltadas para o próprio indivíduo, a frequência do ensino superior reflecte em primeiro lugar a procura de *recompensas intrínsecas*, como a realização vocacional (“ter um trabalho que dê prazer, ajustado à vocação”, aspecto a que 80,9% dos estudantes de licenciatura atribuem muita importância) e o desenvolvimento de potencialidades pessoais (64,4%). Nestas orientações, as *recompensas extrínsecas*, traduzidas no “acesso a uma profissão qualificada e pelo menos razoavelmente remunerada” não deixam de ser reconhecidas, também, como muito importantes (nomeadamente por 41,9% dos estudantes).

Já no que se refere aos valores de *recompensa moral* que relevam dos “contributos” que poderão vir a dar, uma vez concluída a licenciatura, na promoção do desenvolvimento socioeconómico, no enriquecimento cultural e avanço científico, sensivelmente 1/5 dos estudantes também atribuem muita importância a estes vectores como razões de escolha do curso. Neste tipo de recompensas, predominantemente orientadas para a sociedade, a possibilidade de “adquirir conhecimento e preparação para uma intervenção mais informada na vida social” corresponde ao aspecto que, ainda nas atribuições de muita importância, mais sobressai nas motivações de escolha (com 39,1% de frequências).

Se a análise destas tendências por tipo de ensino não introduz variações estatisticamente significativas, já quando se equacionam as relações entre os perfis de razões de escolha e os domínios de formação são evidentes algumas flutuações, por vezes, bastante expressivas. É esta abordagem que se desenvolve a partir do quadro 9.

Em todas as áreas científicas as razões de escolha mais salientadas pelos estudantes associam a frequência universitária a um acréscimo das oportunidades profissionais e, dentro destas, aos aspectos mais ligados às articulações entre a actividade profissional e o “prazer”, o gosto pelo que se faz. A educação como um fim em si, como uma forma de “adquirir conhecimentos, completar a formação e desenvolver as potencialidades pessoais” tem atribuições de importância igualmente relevantes (em direito e ciências sociais) ou muito próximas — sendo mesmo o aspecto mais valorizado pelos estudantes que frequentam a área de letras e artes. No conjunto, a valorização destes factores, intrínsecos à aprendizagem e às características da futura actividade profissional, confirmam, uma vez mais, o claro predomínio, entre os estudantes de licenciatura, de orientações motivadas pelo desejo ou aspiração de realização vocacional.

Ainda nestas duas vertentes de realização e desenvolvimento pessoal, quando se distingue nas atribuições de importância o extremo mais elevado da escala, constata-se que os segmentos de estudantes que, significativamente, mais se opõem entre si são, por um lado, os estudantes de ciências médicas (com atribuições de muita importância bastante expressivas nas duas dimensões) e, por outro lado, os estudantes de economia e gestão (com frequências neste grau sempre abaixo das encontradas no conjunto).

Quanto aos aspectos mais ligados a valores de recompensa extrínseca

(prestígio da qualificação e boa remuneração), que no futuro esperam retirar da opção de formação, os estudantes de direito, economia e gestão e, também, engenharias, são os que mais se destacam pela importância que atribuem a este vector. Enquanto no extremo oposto, nas atribuições de “não importância”, encontramos com especial incidência os estudantes de ciências sociais, bem como os de ciências naturais e matemática e de letras e artes. Sublinhe-se, contudo, que tais oscilações poderão, em grande medida, estar ligadas ao peso relativo dos dois sexos nas diversas áreas.

Em termos globais, no confronto dos resultados apurados nos três aspectos mais ligados às orientações individuais, embora se evidencie um ligeiro predomínio valorativo da procura de realização e de desenvolvimento pessoal (predomínio bastante acentuado quando tomamos apenas as atribuições de muita importância), não deixa de ser expressiva, simultaneamente, a importância atribuída, na escolha do curso, às recompensas remuneratórias e qualificacionais a que esperam aceder na futura actividade profissional. O caso talvez mais ilustrativo desta conjugação de valores de recompensa intrínseca e instrumental,¹⁰ nas representações das razões de escolha da licenciatura, liga-se com as atribuições dos estudantes de economia e gestão, para quem a importância relativa dos três vectores apresenta entre si frequências bastante próximas (97,2% na primeira motivação, associada à possibilidade de ter um trabalho que dê prazer, e 95,6% na segunda e terceira, ligadas a razões de desenvolvimento pessoal, ao prestígio da qualificação e a uma remuneração razoável).

Passando para a análise das orientações de escolha voltadas com maior incidência para a sociedade, mais estruturadas por valores de recompensa moral, embora não se evidenciem variações muito expressivas nas tendências mais salientes, não deixam de se notar algumas regularidades, estatisticamente significativas, entre a frequência de uma área de formação específica e a valorização dos vários aspectos. Designadamente, é nos segmentos de estudantes que frequentam as áreas de direito e ciências sociais que encontramos a maior saliência do vector que relaciona as razões de escolha com a “possibilidade de vir a desenvolver uma intervenção mais informada na vida social” (destes estudantes 92,8% e 89,0% percebem esta possibilidade como importante). Já entre os estudantes de ciências médicas o aspecto mais sublinhado nas orientações societais, ligadas à escolha da licenciatura, prende-se com a motivação de virem a “contribuir para o avanço científico” (77,2% destes estudantes reconhecem esta expectativa como importante, numa proporção claramente acima do conjunto). “Contribuir para o enriquecimento cultural da sociedade” corresponde, por outro lado, à dimensão societal mais valorizada pelos estudantes de letras e artes e, também, ciências sociais (80,3% e 77,7%). Finalmente, a possibilidade de virem a “contribuir para o desenvolvimento socioeconómico” corresponde, nestas orientações, ao aspecto mais salientado, sobretudo, pelos estudantes de economia e gestão e também, ainda numa proporção ligeiramente acima da do conjunto, pelos de engenharias e direito (79,8%, 68,0% e 66,5% destes estudantes, respectivamente).

Nesta análise das orientações valorativas associadas a vectores de escolha mais dirigidos para o indivíduo *versus* sociedade e, num outro eixo analítico,

referente ao tipo de recompensas intrínsecas, extrínsecas e morais que os estudantes esperam e/ou desejam realizar com a frequência da licenciatura, contrariamente ao que poderíamos conjecturar, não se assinalam variações entre os “estudantes integrais”, que nunca desenvolveram uma actividade profissional, e os estudantes trabalhadores. Eventualmente porque, neste subconjunto dos que exercem actualmente uma profissão, têm ainda um peso significativo aqueles que a perspectivam num processo de transição, subordinado a aspirações de expressão individual em grande medida dependentes da conclusão do processo formativo em que estão envolvidos.

Notas finais

Contrariamente à experiência vivida pelos jovens de outros países da União Europeia, cujas experiências de formação e inserção social e profissional muitas vezes se intersectam num mesmo contínuo temporal, para a larga maioria dos estudantes portugueses que frequentam o ensino de licenciatura o “início da vida adulta” (pelo menos nas suas dimensões familiar e profissional) é um projecto adiado, condicionado pelo termo da própria escolarização.

Para a maioria destes jovens “estudantes a tempo inteiro” o período de formação é vivenciado num tempo e num espaço separado das outras esferas da vida social, nomeadamente as que se relacionam com o mundo laboral. O entendimento que fazem do processo de educação/formação parece estar ainda longe da perspectiva enquadrada pelo modelo da *lifelong learning* (educação ao longo da vida). Para uma boa parte, a passagem pela universidade é encarada como um período de preparação que antecede o processo propriamente de “transição para a vida adulta”. Tanto mais porque, enquanto estudantes, continuam sob a protecção das respectivas famílias, as quais constituem as suas principais fontes de provento financeiro. Daí que “interiorizem o atributo de ‘inactivos’ que socialmente lhes é dirigido (a começar pelas estatísticas oficiais) e dêem largas ao culto de comportamentos hedonísticos conformes com esse estatuto, com a escola como epicentro” (Pais, 1998: 203).

A instituição de ensino que frequentam surge desta forma, a par da família, como um dos principais contextos de socialização e aprendizagem social. Sobre tudo para aqueles que nunca trabalharam e são oriundos de meios sociais com recursos mais limitados, os projectos futuros, as representações sobre o *status* social e profissional que virão a assumir partem em grande medida da sua experiência escolar e da estrutura de oportunidades criadas ou projectadas nos contextos alargados de sociabilidade que a escola — num sentido global — ajuda a fomentar.

Mas como procurou demonstrar Sérgio Grácio (1997: 104-124), embora para muitos destes jovens o título escolar venha a funcionar, de facto, como um “direito de entrada a posições sociais”, sabemos que, nomeadamente no actual contexto nacional, nas empresas o crescimento das funções de quadros e de profissionais

altamente qualificados segue tendencialmente um ritmo mais lento do que aquele a que se vem assistindo ao nível da educação. Estas disparidades entre educação/qualificações são particularmente acentuadas no género feminino (onde estão representados 2/3 dos estudantes de licenciatura). Isto significa que para uma boa parte destes protagonistas sociais o investimento na educação só começará a dar os seus frutos após alguns anos de aprendizagem e de reconhecimento no próprio quadro das organizações empregadoras. Estarão estes estudantes, apesar de serem ainda bastante jovens, dispostos a limitar as suas expectativas futuras relativas ao trabalho e à inserção/estatuto social, mesmo que apenas num período de transição? Além disso, como se coadunam os conceitos de empregabilidade, da responsabilização-profissionalização e da flexi-segurança, associados aos exercícios profissionais que virão a desempenhar, com experiências predominantemente marcadas por processos de inserção social protegida-dependente-desresponsabilizada (pelo menos no plano material ou financeiro), alimentados pelas redes familiares?

Notas

- 1 Este artigo retoma de forma abreviada a análise desenvolvida na tese de mestrado intitulada *Estudantes Universitários: Trajectórias Sociais e Expectativas de Inserção Profissional*, realizada no âmbito do mestrado em políticas de desenvolvimento de recursos humanos do ISCTE e defendida em Janeiro de 2001.
- 2 Para a aplicação do questionário procedeu-se à construção, em várias etapas, de uma amostra por quotas, tendo em vista garantir a representação da diversidade social que caracteriza actualmente a população estudantil e assegurar a utilização de critérios de selecção objectivos ao longo de todas as fases do processo. Para o efeito tomaram-se como referência os últimos dados do Ministério da Educação relativos ao universo de estudantes a frequentar o nível de licenciatura no ensino superior universitário em Portugal, os quais, em Janeiro de 1999, se reportavam ao ano lectivo 1995/96. A partir da informação disponível foi determinado, numa primeira fase, o número total de alunos nesse universo, segundo três estratos fundamentais: o *tipo de ensino* (público e privado, incluindo nesta categoria o concordatário), a *região* (norte, centro, Lisboa e vale do Tejo e sul e ilhas) e a *área científica* (Letras e Artes, Direito, Ciências Sociais, Economia e Gestão, Ciências Médicas, Ciências Naturais e Matemática, e Engenharias). Na combinação destas variáveis, e uma vez determinado, numa segunda fase, o número de estudantes a inquirir em cada área científica, região e tipo de ensino, seleccionaram-se as licenciaturas mais representativas de cada área, procurando-se assegurar que o número de questionários a realizar em cada curso fosse proporcional ao peso detido em cada extracto. O trabalho de campo contou com a preciosa colaboração de uma equipa de investigadores do CIES e teve lugar durante os meses de Março a Junho de 1999. A sua realização envolveu ainda um conjunto diversificado de apoios inter-institucionais, entre os quais se destaca o apoio financeiro prestado pela Secretaria de Estado da

Juventude, veiculado através do Observatório de Juventude sediado no ICS, e de forma genérica, a colaboração de diversas escolas incluídas no estudo. Deste trabalho resultou a publicação subscrita por toda a equipa actual: Almeida, Ávila, Casanova, Costa, Machado, Martins e Mauritti (no prelo).

- 3 Uma situação frequente em países como a Dinamarca e a Holanda, onde o emprego a tempo parcial é mesmo assumido como uma estratégia para garantir a extensão da escolaridade. Veja-se a este propósito a publicação da Comissão Europeia intitulada *Les Jeunes de l' Union Européenne. Ou les Âges de Transition, op. cit.*, pp. 41-43.
- 4 Como teremos oportunidade de analisar adiante, este tipo de preocupações poderão conjugar-se com a projecção na esfera do trabalho de níveis mais elevados de exigência de realização vocacional e desenvolvimento da identidade pessoal. Ver a este propósito, João Ferreira de Almeida, 1990: 74-94.
- 5 No contexto dos países membros da União os comportamentos dos jovens portugueses nesta matéria têm, no entanto, uma expressão bastante minoritária, muito inferior à que se pode observar em países como a Dinamarca, a Finlândia, o Reino Unido ou o Luxemburgo (veja-se Comissão Europeia, 1997: 70, e Ferreira, 1999: 53).
- 6 A distribuição dos níveis de escolaridade dos pais dos estudantes quando considerados individualmente apresenta uma estrutura de distribuição das frequências semelhante às obtidas quer no estudo de Manuel Braga da Cruz e de Maria Eduarda Cruzeiro, desenvolvido no início da década (com publicação de 1995), quer num estudo desenvolvido pelo CNASES, tendo em vista a “caracterização do perfil socioeconómico dos estudantes do ensino superior” (Balsa, Simões, Nunes, Carmo e Campos, 1997). Isto embora nestes estudos se registe um maior peso numérico de pais no nível básico 1 e uma menor representação no superior, características que não serão alheias ao facto de as respectivas amostras contemplarem também o ensino superior não universitário (veja-se a este propósito Mauritti, 2000: 26).
- 7 Maria João Rodrigues (1996: 60) identifica a este propósito sete vectores fundamentais: os modos de gestão da mão-de-obra, as estruturas de qualificação, os modelos organizacionais, os processos de produção, os tipos de empresa, as categorias produtivas e as componentes de procura final.
- 8 Maurizio Ferrera, Anton Hemerijck e Martin Rhodes (2000), sobretudo, pp. 59 a 64. Segundo os autores, a noção de flexi-segurança pretende conciliar a flexibilidade laboral — vista como condição para a manutenção do crescimento económico sustentado — com os objectivos de criação de emprego e de preservação de níveis aceitáveis de protecção social. Este novo modelo de afectação ao trabalho está particularmente desenvolvido na Holanda, sobretudo junto da população feminina, a qual embora detenha altas taxas de participação no mercado de trabalho, exerce a sua actividade preferencialmente a tempo parcial.
- 9 João Ferreira de Almeida (1990), no livro *Valores e Representações*, sistematiza um conjunto diversificado de enunciados teóricos sobre esta problemática, ilustrando-os, do ponto de vista empírico, com os resultados de diversos estudos, realizados ao longo da década de 80, especificamente dirigidos à juventude portuguesa, incluindo informações apuradas em anteriores aplicações do inquérito aos estudantes universitários. Outras referências mais recentes com resultados de

- pesquisas desenvolvidas em Portugal: Maria de Lurdes Rodrigues (1995); Carlos Manuel Gonçalves, Cristina Parente e Luísa Veloso (1996).
- 10 A bipolarização dos factores de motivação no trabalho entre aspectos de carácter extrínseco ou instrumental (como o salário, a segurança e o prestígio da qualificação) e intrínseco (a realização vocacional, o gosto pelo que se faz e o desenvolvimento pessoal) foi sugerida inicialmente por Herzberg, Mausner e Synderman, 1959, autores citados por João Ferreira de Almeida, 1990: 85-90. De acordo com esta formulação não basta ter trabalho, mesmo que razoavelmente remunerado, para garantir uma integração profissional ou uma implicação activa e motivada nos exercícios profissionais. Eventualmente a percepção positiva de recompensas extrínsecas poderá evitar a insatisfação e desmotivação, mas para que haja motivação e empenhamento, ou para que se ultrapasse uma situação de mera ausência de insatisfação, é fundamental a presença/percepção de factores positivos de natureza intrínseca, ligados à realização pessoal.

Referências bibliográficas

- Almeida, Ana Nunes de, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Torres e Karin Wall (1998), "Relações familiares: mudança e diversidade", em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- Almeida, João Ferreira de (1986, 1999), *Classes Sociais nos Campos: Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, Oeiras, Celta Editora.
- Almeida, João Ferreira de (1990), *Valores e Representações*, colecção "Portugal: os próximos 20 anos", Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa, e Fernando Luís Machado (1988), "Famílias, estudantes e universidade: painéis de observação sociográfica", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 4, pp. 11-44.
- Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa, e Fernando Luís Machado (1994), "Recomposição social e novos protagonismos", em António Reis (org.), *Portugal: 20 anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 307-330.
- Almeida, João Ferreira de, Patrícia Ávila, José Luís Casanova, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Susana da Cruz Martins, e Rosário Mauritti (no prelo), *Diversidade na Universidade: Um Inquérito aos Estudantes de Licenciatura*, Oeiras, Celta Editora.
- Balsa, Casimiro Marques, José Vasconcelos Simões, Pedro Belchior Nunes, Renato Emídio do Carmo, e Ricardo Oliveira Campos (1997), *O Perfil Sócio-Económico dos Estudantes do Ensino Superior*, Lisboa, CNASES/CEOS.
- Bourdieu, Pierre (1979), *La Distinction*, Paris, Editions de Minuit.
- Casanova, José Luís (1993a), *Posições e Disposições: Trajectórias Sociais e Recomposição do Habitus*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (tese de mestrado).

- Casanova, José Luís (1993b), *Estudantes Universitários: Composição Social, Representações e Valores*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais/Instituto da Juventude.
- Comissão Europeia (1997), *Les Jeunes de l'Union Européenne: Ou les Âges de Transition*, Luxemburgo, Eurostat: office des publications officielles des communautés européennes.
- Costa, António Firmino da (1999), "Classes sociais e trajetórias de mobilidade num bairro popular", em *Sociedade de Bairro*, Oeiras, Celta Editora, pp. 189-288.
- Costa, António Firmino da, Fernando Luís Machado, e João Ferreira de Almeida (1990), "Estudantes e amigos: trajetórias de classe e redes de sociabilidade", *Análise Social*, xxv (105/106), pp. 193-221.
- Costa, António Firmino da, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, Fernando Luís Machado, e João Ferreira de Almeida (2000), "Classes sociais na Europa", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, pp. 9-46
- Cruz, Manuel Braga da, e Maria Eduarda Cruzeiro (orgs.) (1995a), *O Desenvolvimento do Ensino Superior em Portugal: A PGA e os Estudantes Ingressados no Ensino Superior*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Ministério da Educação/DEPGEF.
- Cruz, Manuel Braga da, e Maria Eduarda Cruzeiro (orgs.) (1995b), *O Desenvolvimento do Ensino Superior em Portugal: Situação e Problemas de Acesso*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Ministério da Educação/DEPGEF.
- Ferreira, Vítor Sérgio (1999), "Família", "Emprego e desemprego", em Alexandra Lemos Figueiredo, Catarina Lorga da Silva e Vítor Sérgio Ferreira, *Jovens em Portugal: Análise Longitudinal de Fontes Estatísticas 1969-1997*, Oeiras, Celta Editora.
- Ferrera, Maurizio, Anton Hemerijck, e Martin Rhodes (2000), *The Future of Social Europe: Recasting Work and Welfare in the New Economy*, Oeiras, Celta Editora.
- Fitoussi, Jean-Paul, e Pierre Rosanvallon (1997), *A Nova Era das Desigualdades*, Oeiras, Celta Editora.
- Freire, João (1998), "Empresas e organizações: mudanças e modernização", em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 285-309.
- Gonçalves, Carlos Manuel, Cristina Parente, e Luísa Veloso (1996), *Formação e Emprego Juvenil Em Portugal, França e Dinamarca*, Porto, Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Fundação da Juventude/CCE-DG V.
- Grácio, Sérgio (1997), *Dinâmicas da Escolarização e das Oportunidades Individuais*, Lisboa, EDUCA/Formação.
- Kovács, Ilona (org.), Maria da Conceição Cerdeira, Mário Bairrada, e António Brandão Moniz (1994), *Qualificações e Mercado de Trabalho*, colecção "Estudos", 13, Lisboa, Instituto de Emprego e Formação Profissional.
- Kugerberg, Clarissa (1998), "Imagens culturais dos jovens suecos acerca do início da vida adulta", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 27, pp. 41-58.
- Machado, Fernando Luís, e António Firmino da Costa (1998), "Processos de uma modernidade inacabada", em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (org.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 17-44.

- Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa, e João Ferreira de Almeida (1989), "Identidades e orientações dos estudantes: classes, convergências, especificidades", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 27/28, pp. 189-209.
- Machado, Fernando Luís, Patrícia Ávila, e António Firmino da Costa (1995), "Origens sociais e estratificação dos cientistas", em AA.VV., *A Comunidade Científica Portuguesa nos Finais do Século XX*, Oeiras, Celta Editora, pp. 109-133.
- Mauritti, Rosário (2000), *Estudantes Universitários: Trajectórias Sociais e Expectativas de Inserção Profissional*, tese de mestrado em políticas de desenvolvimento de recursos humanos, ISCTE.
- OCDE (1998), *Regards sur l'Éducation: les Indicateurs de l'OCDE*, Paris, Centre pour la Recherche et l'Innovation.
- Pais, José Machado (1996), "Sociabilidades", em João Ferreira de Almeida, José Machado Pais, Anália Cardoso Torres, Fernando Luís Machado, Paulo Antunes Ferreira, e João Sedas Nunes, *Jovens de Hoje e de Aqui*, Loures, Câmara Municipal de Loures, pp. 171-191.
- Pais, José Machado, e Lynne Chisholm (orgs.) (1997), *Jovens em Mudança: Actas do Congresso Internacional Growing up Between Centre and Periphery, Lisboa, 2-4 de Maio de 1996*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Pais, José Machado (1997), "Introdução", em José Machado Pais e Lynne Chisholm (orgs.), *Jovens em Mudança: Actas do Congresso Internacional Growing up Between Centre and Periphery, Lisboa, 2-4 de Maio de 1996*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 17-30.
- Pais, José Machado (1998), "Da escola ao trabalho: o que mudou nos últimos 10 anos?", em Manuel Villaverde Cabral e José Machado Pais (orgs.), *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras, Celta Editora, pp. 189-214.
- Rodrigues, Maria de Lurdes (1995), "Atitudes da população portuguesa perante o trabalho", *Organizações e Trabalho*, 14, pp. 33-63.
- Rodrigues, Maria João (1995, 1996), *O Sistema de Emprego em Portugal: Crise e Mutações*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

Rosário Mauritti. Socióloga, investigadora do CIES.

E-mail: rosario.mauritti@iscte.pt.